

A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição

Carolina Bortoleto Firmino

Universidade Estadual Paulista [UNESP], São Paulo, São Paulo, Brasil. Contato com o autor: carolina.bfirmino@gmail.com.

Mauro de Souza Ventur

Universidade Estadual Paulista [UNESP], São Paulo, São Paulo, Brasil. Contato com o autor: mauroventura@faac.unesp.br.

Resumo: O campo esportivo é caracterizado como um ambiente predominantemente masculino e mesmo que a mulher esteja em constante avanço na busca por reconhecimento, os preconceitos que envolvem sua legitimação como atleta ainda são uma realidade. Neste artigo, fizemos um levantamento bibliográfico com base em artigos e livros a respeito do assunto, com o objetivo de traçar o histórico da participação feminina em Olimpíadas, desde os momentos das Revoluções Industrial e Francesa, marco de sua mudança de postura frente à sociedade, passando pelas tentativas de se consolidar nos Jogos Olímpicos durante os períodos que envolvem as Primeira e Segunda Guerras, até a consolidação do esporte moderno e o destaque para as políticas de inclusão e igualdade de gênero desenvolvidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) a partir nos anos 80. Para desenvolver esse histórico, consideramos o esporte como prática inserida no contexto da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu (1983), determinando-o como lugar autônomo.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Esporte. Olimpíadas.

Abstract: The historical evolution of female participation in the Olympic Games of the Modern Era and the inclusion of women in competitive sport. The sport field is characterized as a predominantly male environment and even though women are constantly advancing in the search for acceptance, the prejudices that involve their legitimation as athletes are still a reality. In this article, we did a bibliographical survey based on articles and books on the subject, with the intent to trace the history of female's participation at the Olympics in different moments: from the Industrial and French Revolutions, a milestone in their change of attitude towards society, through the attempts to consolidate themselves in the Olympic Games during the periods involving the 1st and 2nd World Wars, until the consolidation of modern sport and the emphasis on the policies of inclusion and gender equality developed by the International Olympic Committee (IOC) from the 1980s. To develop this account, we considered sport as an inserted practice into the context of Pierre Bourdieu's Field Theory (1983), determining it as an autonomous place.

Keywords: Gender. Women. Sport. Olympics.

1. Introdução

A luta feminina por espaço e consolidação de direitos inclui também a busca pela participação efetiva no esporte, um fenômeno cuja dimensão social abrange valores culturais de diferentes grupos. Prova disso é que a participação feminina em Olimpíadas – maior evento esportivo do planeta – ainda é um fenômeno social recente. No entanto, a relação entre a mulher e o esporte vai muito além da sua conquista por espaço: quando se trata de representá-la, a mídia se aproxima da valorização do corpo ou de suas emoções em detrimento da técnica esportiva. Nunca houve realidade favorável e facilitada às mulheres que tentaram – e continuam tentando – viver do esporte de competição. Ao relacionarmos o mundo dos esportes à teoria dos campos do sociólogo Pierre Bourdieu (1983), pode-se entender que suas estruturas são pautadas no comportamento, nas configurações históricas, nas dominações particulares encontradas neste ambiente.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1983, p. 57).

Bourdieu (1983, p. 137) explica que “a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica”. Relacionando-a ao conceito do *habitus*, também cunhado por Bourdieu (1996), podemos considerar o *habitus* como um sistema de disposições ligado a uma trajetória social. Segundo Setton (2002):

em essência, o conceito de *habitus* busca romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Quer recuperar a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. (SETTON, 2002, p. 65).

Ou seja, dentro do campo esportivo, portanto, ao pensar a relação da mulher como agente social, sua conduta deve ser observada a partir de uma “subjetividade socializada”, com o individual, o pessoal e o subjetivo simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados, em que os esquemas de percepção, apropriação e ação acontecem a partir das conjunturas estimuladas por esse próprio campo em particular. “São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica” (SETTON, 2002, p. 64).

Para compreender o processo de conquista por espaço da mulher dentro do campo esportivo, este trabalho¹ usou como referencial uma revisão bibliográfica baseada em artigos

1 Esta revisão bibliográfica e as reflexões aqui descritas foram desenvolvidas como parte de um

científicos e livros sobre o tema, além de consultas a sites de informações oficiais sobre os Jogos Olímpicos, norteando a retrospectiva histórica em meio a diferenças entre o feminino e o masculino acerca dos papéis sociais e das regras morais de conduta refletidas na prática esportiva – que costumam colocar em xeque a capacidade intelectual e física da atleta ao desempenhar as mesmas atividades que o homem. Em contrapartida, evidenciamos também a autoconfiança e independência feminina para explicar o aumento da participação do gênero no meio esportivo (após o surgimento das teorias feministas derivadas da mudança de hábito das mulheres a partir da Revolução Francesa e com o abandono gradativo das convenções) e detalhamos parte de sua caminhada rumo à consolidação no meio olímpico.

Neste artigo, consideramos apenas o período que se inicia em 1896 e vai até os dias atuais, referindo-se à chamada Era Moderna dos Jogos Olímpicos. Depois de aproximadamente 1500 anos do fim das Olimpíadas da Antiguidade (que se encerrou em 393 a.C.), Pierre de Frey, o Barão de Coubertin, – pedagogo e historiador francês – reviveu os Jogos, assim como foi responsável pela criação de um Comitê Olímpico Internacional (COI). No entanto, foi mantida a proibição às mulheres de participarem da competição: permitir era conceder a elas o direito de exercer o seu papel de cidadã e essa atitude estava diretamente ligada à função de guerrear, o que explicava por que a regulamentação das competições era extremamente rígida em relação a isso. Aos negros, também foi proibida a participação até 1904.

No início das competições, prevaleceu a ideia de Coubertin sobre a fragilidade feminina. Na época, grande parte da Inglaterra vivia sob a noção de que a mulher dependia da proteção do homem em todas as esferas e a conquista por direitos tornava-se distante. No entanto, muitas operárias sofriam com jornadas de trabalho exaustivas, com péssimas condições de higiene e salários inferiores aos dos homens. Porém, apesar da proibição de Coubertin no acesso da mulher aos Jogos, outros membros do Comitê Olímpico Internacional defendiam o direito de uma participação feminina, fazendo coexistir à minoria oprimida a busca por espaço no esporte, além da luta por representatividade nas diversas camadas sociais.

2. Panorama inicial

Na Europa do século XIX, com o processo natural de fuga do ambiente rural para a ocupação das cidades, a mulher avançava em busca dos salários das fábricas e do trabalho doméstico. Na época, muitas mudanças contribuíam para a chegada da mulher como membro atuante da sociedade. Industrialização, reformas sociais e as novas tecnologias faziam crescer a necessidade de integração feminina. Por isso, na medida em que este grupo começava a se envolver efetivamente no que acontecia no mundo (em especial na economia europeia) também cobrava sua participação como cidadão (MIRAGAYA, 2002). Apesar da realidade de dos capítulos de minha pesquisa de mestrado intitulada “Sou atleta, sou mulher: a representação feminina sob análise das modalidades mais noticiadas nas Olimpíadas de Londres 2012”, concluída em 2014, pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), sob orientação do Professor Doutor Mauro de Souza Ventura.

um ambiente de trabalho exaustivo que não concedia liberdade e ascensão, começaram a surgir organizações femininas para lutar por cidadania, representatividade e igualdade de gênero, com o objetivo de abandonar completamente o papel submisso imposto pelo sistema patriarcal nas quais estavam inseridas. Neste contexto, é importante lembrar o momento histórico da passeata das sufragistas, que ocorreu na Nova York de 1912 e significou um avanço na luta pelo sufrágio (direito de voto) feminino. O movimento uniu mulheres de classes sociais e econômicas diferentes, além de atrair a atenção da imprensa, que ajudou a divulgar o pensamento das sufragistas pelo mundo. Porém, nos Estados Unidos, o voto feminino só foi permitido a partir de 1920.

O marco desse primeiro momento de mudança de postura da mulher é reconhecido por alguns autores como fruto das Revoluções Industrial e Francesa que seguiram até o pós-Primeira Guerra Mundial. Devido ao grande número de homens terem ido para a guerra, as mulheres assumiram papéis até então masculinos, como: chefes de família ou operárias de fábricas de munição, mas, com o fim da guerra, precisaram retornar às suas atividades anteriores, o que as colocavam em conflito com a anterior submissão feminina (MACÊDO, 2003).

Quatro fatores estão relacionados a essa mudança do comportamento da mulher em relação ao mundo: o mercado de trabalho, as transformações tecnológicas, o desenvolvimento dos ideais feministas e a globalização. O primeiro deles está associado às oportunidades oferecidas à mulher no campo da educação; o segundo remete ao avanço da tecnologia em áreas como biologia, farmacologia e medicina; o terceiro confirma o início da queda do patriarcalismo; por fim, o último mostra facilidade da comunicação entre vozes femininas que articulavam entre si na busca por espaço (CASTELLS, 1996, tradução nossa).

Sobre a adesão às práticas esportivas, algumas tentativas isoladas começaram a acontecer antes que fosse oficializada a participação feminina: em Atenas 1896, Stamata Revith – grega de aproximadamente 30 anos, mãe e pobre moradora de Pirineus – tentou se inscrever na competição para disputar o atletismo, mas teve sua solicitação negada, tendo que correr de forma não oficial do lado de fora do estádio. Nos Jogos Olímpicos de Paris 1900, a participação feminina se deu de maneira simbólica, tendo em vista a desorganização e a falta de regras do COI, que não determinava a exclusão feminina e, indiretamente, permitia a sua presença. Na ocasião, não houve reconhecimento da atuação das competidoras, que não foram premiadas como os homens, com medalhas, mas apenas com diplomas. Naquele ano, as únicas modalidades permitidas foram o golfe e o tênis, que eram consideradas belas esteticamente, por não proporcionarem contato físico entre as participantes (RUBIO; SIMÕES, 1999). Porém, nos anos seguintes, outras modalidades foram incluídas lentamente nas competições, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Introdução da mulher no esporte.

Ano	Modalidades
1900	Tênis e Golfe
1904	Arco e Flecha
1908	Patinação Artística
1912	Natação
1924	Esgrima
1928	Atletismo e Ginástica Olímpica
1948	Canoagem
1952	Hipismo
1964	Vôlei
1976	Remo, Basquete e Handebol
1980	Hóquei de Campo
1984	Tiro e Ciclismo
1988	Tênis de Mesa e Navegação
1992	Badminton e Judô
1996	Futebol e Softbol
2000	Levantamento de Peso, Pentatlo, Taekwondo e Triatlo
2004	Luta livre
2012	Boxe
2016	Golfe (reinserido) e rugby

Fonte: Factsheet Women in the Olympic Movement, Lausanne: Departament of International Cooperation/ IOC, 2016.

Nesse contexto, logo começaram a surgir organizações lideradas por mulheres feministas em diferentes regiões do mundo. Em 1912, Elizabeth Stanton, Susan Anthony e Carrie Chapman Catt realizaram uma conferência nos Estados Unidos com o propósito de criar uma organização internacional feminina com reivindicações liberais: era a Aliança Internacional da Mulher. Dessa forma, as tentativas de participação no esporte seguiram à medida que aumentava o inconformismo com a submissão. Na tabela abaixo, é possível observar o crescimento da participação olímpica feminina no mundo ano a ano:

Tabela 2: Participação feminina em Olimpíadas.

Ano	Mod.	Part.	%	Ano	Mod.	Part.	%
1896	-	-	-	1964	7	678	13.2
1900	2	22	2.2	1968	7	781	14.2
1904	1	6	0.9	1972	8	1,059	14.6
1908	2	37	1.8	1976	11	1,260	20.7
1912	2	48	2.0	1980	12	1,115	21.5
1920	2	63	2.4	1984	14	1,566	23
1924	3	135	4.4	1988	17	2,194	26.1
1928	4	277	9.6	1992	19	2,704	28.8
1932	3	126	9	1996	21	3,512	34.0

1936	4	331	8.3	2000	25	4,069	38.2
1948	5	390	9.5	2004	26	4,329	40.7
1952	6	519	10.5	2008	26	4,637	42.4
1956	6	376	13.3	2012	26	4,676	44.2
1960	6	611	11.4	2016	28	4700	45

Fonte: Factsheet Women in the Olympic Movement, Lausanne: Departament of International Cooperation/ IOC, 2016.

A primeira vez que o COI discutiu sobre o esporte feminino foi em Luxemburgo, 1912. O comitê propôs inserir oficialmente a natação feminina no programa dos Jogos Olímpicos (em Estocolmo², naquele mesmo ano), fazendo com que a Federação Internacional de Natação Amadora (FINA), fundada em 1908, promovesse a inédita participação feminina (BLAND, 1948; DEFRANTZ, 1996 In: DEVIDE, 2005). Depois de dois anos, outra reunião do COI tentou definir em quais modalidades as mulheres poderiam participar na próxima edição dos Jogos, que não aconteceu devido à Primeira Guerra Mundial, comprometendo o desenvolvimento das discussões que tratavam dessa inserção feminina.

3. O cenário esportivo feminino no período pós Primeira Guerra Mundial

A participação feminina nos Jogos Olímpicos foi oficializada pelo COI em 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial. No entanto, as modalidades permitidas eram apenas a natação e o tênis, já o atletismo, símbolo das competições, ficava restrito aos homens. Em 1917, houve a fundação da Federação Esportiva Francesa (FEF), por Alice de Milliat – esportista e militante feminina –, e a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI), tendo como principal fator motivador a recusa da Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) em apoiar a inserção do atletismo feminino nos Jogos Olímpicos Modernos e a resistência de Coubertin (DEVIDE, 2005).

Podemos sugerir que a decisão de apoiar a participação da mulher na edição das Olimpíadas de Antuérpia 1920, na Bélgica, deu-se concomitantemente ao fortalecimento de sua posição no cenário esportivo – com o surgimento dessas federações – e à proliferação de competições destinadas exclusivamente para mulheres acontecendo não só na França, mas muito além de suas fronteiras. Na época, Paris era considerada a “cidade luz” e funcionava como espelho para o resto do mundo, já que os Estados Unidos ainda estavam longe de se tornar a potência que são hoje.

A falta de inclusão do atletismo feminino nas Olimpíadas tradicionais impulsionou esses eventos, que tiveram início a partir de 1922. Nos primeiros anos, 25 mil espectadores e atletas de mais de 30 países voltaram seus olhos para a competição, cuja proposta era se repetir a cada quatro anos até 1934. O apoio de figuras influentes, algumas masculinas, criou na

2 Nas Olimpíadas de Estocolmo, foram 57 mulheres inscritas, de um total de 2547 atletas. Elas competiram apenas nos torneios de tênis e natação.

França a cultura da prática esportiva feminina, inclusive ocorrendo competições entre homens e mulheres simultaneamente. O objetivo era melhorar a saúde e a força e, estabelecer o equilíbrio entre o corpo e o espírito. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o surgimento do que foi conhecido como os primeiros Jogos Olímpicos para mulheres, o COI começou a sofrer pressões para se atentar ao esporte feminino e ao seu crescimento (DEFRAANTZ, 1997).

Houve também uma tentativa da FIAA em assumir o controle dessas competições, que eram da FEFI, mas nesse contexto de desentendimentos entre as organizações, em 1926, ambas selaram um acordo que definiria os rumos da inclusão feminina no esporte: a FIAA deveria influenciar o COI na decisão de permitir às mulheres participar do programa de atletismo das Olimpíadas de Amsterdam, em 1928, em troca da organização liderada por Alice Milliat modificar o nome dos Jogos Olímpicos Femininos para Jogos Internacionais Femininos e ceder às regras da FIAA. O acordo não foi cumprido, já que, pelo COI, as mulheres participariam apenas de cinco provas e não havia garantias de que o acordo se estenderia à próxima edição dos Jogos (MIRAGAYA; DACOSTA, 2006).

Definida a inclusão feminina nos Jogos Olímpicos de Amsterdam, a edição foi decisiva para consolidar a presença das mulheres no esporte, já que um problema na corrida de 800 metros rasos feminino colocou em risco todo o avanço conseguido até então (SOARES, 1988 apud RÚBIO; SIMÕES, 1999). Naquele ano, algumas atletas sentiram um mal-estar na pista, oferecendo argumentos para uma mídia que se empenhou em noticiar explicitamente o suposto cansaço, mesmo que a falta de resistência das atletas tivesse sido justificada pela falta de um preparo inadequado para aquela prova especificamente. Em toda a Europa, a luta pelo direito de ser um grupo ativo no cenário esportivo continuou na medida em que a mulher conquistava uma nova posição na sociedade e tentava garantir sua cidadania a partir do direito ao voto.

Os Jogos de Los Angeles 1932 continuaram permitindo a presença feminina. No entanto, o número de atletas caiu para 127, em decorrência da crise econômica mundial que estourou em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York. Nessa ocasião, as mulheres não puderam competir nas provas de atletismo. Depois, outras modalidades foram incluídas no programa olímpico feminino, como esgrima, natação e saltos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Por outro lado, o ideal de participação das atletas – que era a permissão para atuar no atletismo – seguia constantemente negado a cada reunião do COI. Para mostrar que essa proposta se justificava a partir da capacidade feminina de competir de forma semelhante aos homens, a FEFI organizou um programa completo de atletismo feminino para os IV Jogos Mundiais Femininos que aconteceram em 1934. As modalidades foram: 60, 100, 200 e 800 metros rasos, 80 metros com barreira, salto em altura e distância, arremesso de dardo e disco, pentatlo, revezamento 4x100 metros rasos e arremesso de peso (DIEM, 1980 In: DEVIDE, 2005). Em 1936, a FIAA assumiu toda a responsabilidade pelo esporte feminino, reconhecendo também todos os recordes homologados pela FEFI até então. Este fato representou o fim da organização e determinou que as atletas que participassem de competições extraoficiais seriam banidas do esporte olímpico pela FIAA.

4. Segunda Guerra Mundial e novas possibilidades

A cidade escolhida como sede para os próximos Jogos Olímpicos foi Berlim, na Alemanha, onde dois anos depois, Adolf Hitler assumiu o poder e instalou o regime nazista. Inicialmente, houve resistência em relação à realização das Olimpíadas, mas novas perspectivas sobre os Jogos começaram a despertar na Alemanha e a oportunidade de divulgar ao mundo o que acontecia no país e a possibilidade de provar a superioridade da raça ariana por meio do esporte foi algo que chamou a atenção. O evento ocorreu em 1936 e foi marcado justamente pelo nacionalismo e queda da política de superioridade ariana, pois outros atletas (inclusive o negro e americano Jesse Owens) se mostraram superiores em provas de atletismo, que exigiam velocidade.

Neste contexto, as mulheres ainda competiram na natação, esgrima, ginástica, iatismo, natação, saltos e atletismo, com um total de 328 atletas e 49 países participantes (COLLI, 2004). Com o fim das Olimpíadas em Berlim, pouco depois eclodiu a Segunda Guerra Mundial e com ela surgiu a necessidade de trazer a mulher para papéis de destaque na sociedade (algo que vinha ocorrendo aos poucos desde a Primeira Guerra Mundial), conferindo a ela a responsabilidade de trabalhos realizados pelos homens, já que estes estavam envolvidos com as batalhas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as competições olímpicas não aconteceram, sofrendo uma pausa de 1936 a 1948, quando as Olimpíadas voltaram a ocorrer em Londres, na Inglaterra. Em lugares do mundo onde não houve uma depressão tão profunda com o pós-guerra – como os Estados Unidos, Canadá e Austrália – o esporte ainda se desenvolveu de maneira veloz. No entanto, existia a associação de homens a modalidades coletivas e de mulheres ao *fitness*. Dessa forma, mulheres atletas, com músculos, suadas e fortes ainda tinham uma imagem ofensiva e pouco feminina divulgada pela imprensa, o que dificultava ainda mais a aceitação pela sociedade em geral (DEVIDE, 2005).

Nos anos seguintes, o programa olímpico para as mulheres foi ampliado gradativamente. Nas Olimpíadas de Londres 1948, por exemplo, mulheres de 33 países competiram em modalidades de atletismo, ginástica, esgrima, natação, salto e canoagem, incluída naquele ano. No entanto, práticas esportivas em equipe continuaram proibidas até meados dos anos 70 – o vôlei foi integrado ao programa olímpico feminino em 1964, e o basquete em 1976 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Antes disso, nas Olimpíadas de Roma 1960, mais uma vez, a proposta de inclusão das mulheres em todas as modalidades da época – que eram atletismo, arco e flecha, ginástica, basquete, canoagem, ciclismo, esportes equestres, esgrima, handebol, remo, tiro, natação, saltos, vôlei e iatismo – foi negada pelo Comitê Olímpico. Mais tarde, o cenário esportivo começava a abrir pequenas brechas e possibilitar à mulher um segundo momento de redefinição de papéis sociais e de gênero – impulsionado pela revolução sexual e eclosão de movimentos feministas no final dos anos 1960. A história das mulheres poderia ser dividida entre o antes e depois dessa revolução, tamanho os avanços no trabalho, na política, na economia e, principalmente, no

controle de seu próprio corpo (LASCH, 1999).

Muito antes disso, no ano de 1959, em Londres, a tenista Maria Esther Bueno fez história ao vencer o tradicional torneio de Wimbledon, mas só no início dos anos 80 é que as mulheres conseguiram se inserir definitivamente no ambiente olímpico. Em 1981, a norueguesa Pirjo Haggman e a venezuelana Flor Isava-Fonseca assumiram funções internas do COI, sendo os dois primeiros membros do sexo feminino a participarem do Comitê, após 75 anos de sua fundação – atualmente, o grupo possui cerca de 20 mulheres (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012).

5. Cenário brasileiro

Nos Jogos Olímpicos, a primeira participação de atletas brasileiros aconteceu em 1920, em Antuérpia, na Bélgica. Naquela ocasião, o Brasil enviou 29 competidores, mas todos eram homens. A mulher brasileira só teve a oportunidade de disputar uma Olimpíada doze anos mais tarde, em Los Angeles 1932, nos Estados Unidos. Na ocasião, apenas a nadadora Maria Lenk esteve nas competições representando a delegação feminina do Brasil (MOURÃO, 2003, p. 128). Ainda que a atleta não tenha ganhado medalhas em nenhuma edição dos Jogos, ela se envolveu na organização do esporte e teve uma participação significativa nas conquistas esportivas em território nacional. De acordo com Mourão (2003), Maria foi a primeira mulher a integrar o Conselho Nacional de Desportos em 1960, sendo a personagem central e principal opositora ao Decreto-lei nº 3.199 (1941-1975) que dizia: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. Entendia-se por práticas não compatíveis, esportes como: lutas de qualquer natureza, futebol de campo, praia e salão, polo, halterofilismo e baseball, como estipulava a Deliberação nº 7 do mesmo Decreto.

Em 1980, nos Jogos de Moscou, o percentual de participação de mulheres chegou a ultrapassar os 10% em relação à masculina, resultando em uma delegação composta por 13,76% de brasileiras competindo, mas as primeiras medalhas femininas só vieram em 1996, com as vitórias das seleções de vôlei, basquete e vôlei de praia – ou seja, mais de 60 anos após sua primeira participação em Olimpíadas. Na mesma edição dos Jogos, foi incluído o futebol feminino como modalidade. Um fator decisivo a esse cenário foi a retomada do culto ao próprio corpo pela mulher, ainda que com um caráter diferente do conhecido na tradição grega, que teve início a partir dos anos 1970. Atenta-se para uma massificação do corpo humano, com o surgimento de novas profissões relacionadas à estética, o aumento dos cuidados com o corpo e o rosto, além da realização dos concursos de misses, influenciados pela mercantilização e industrialização predominante na época (MOURÃO, 2003). “A combinação de todos esses fenômenos funda a ideia de um novo momento da história da beleza feminina e, em menor grau, masculina” (GOLDEMBERG, 2002 In: MOURÃO, 2003, p. 129). Ou seja, todo o tipo de consumo relacionado ao corpo e à estética – desde a utilização de produtos de beleza à busca por um corpo ideal por meio do esporte – ganha mais espaço na mídia, fazendo da aparência

uma preocupação mais enfática no cotidiano de homens e mulheres.

No entanto, a inclusão permanente de mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos e o seu destaque como atletas de alto rendimento ainda são recentes. Goellner (2004) destaca ainda a quantidade inexpressiva de mulheres brasileiras nos setores de organização das federações e direção de esporte, assim como no Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Apesar de a orientação do Comitê Olímpico Internacional ser a de promover estratégias de inserção para a mulher em cargos de comando – em especial a partir dos anos 2000, quando se esperava atingir a meta de 10% de mulheres presentes nessas posições – pouco se vê dessa participação efetiva. No Brasil, por exemplo, de 52 confederações esportivas, ainda hoje, apenas uma delas é dirigida por uma mulher. A Confederação de Ginástica, cuja atual presidente é Maria Luciene Cacho Resende, foi fundada em novembro de 1978³.

Diferente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, o esporte brasileiro não apresenta em sua história um movimento feminino – nem feminista – a favor da igualdade de gêneros (GOMES, 2008). Ou seja, foi uma conquista gradual semelhante a outros lugares do mundo, mas com poucas lutas e embates, com posições galgadas por meio de conciliações. Essa realidade também influenciou na ausência de mulheres em cargos de destaque na gestão esportiva – área praticamente restrita aos homens. Não houve um planejamento. Assim, a participação feminina em Olimpíadas segue a mesma tendência das principais instituições esportivas brasileiras: as mulheres desempenham tarefas relacionadas apenas ao lazer e à educação, com uma participação tímida no campo da gestão do esporte de alto rendimento (GOMES, 2008).

6. Esporte moderno

Os anos 1990 acompanharam o surgimento das primeiras noções do esporte como atividade contemporânea e integrada à vida cotidiana – o chamado esporte moderno. Segundo Martins e Altmann (2007, p. 1) o termo foi utilizado pela primeira vez pelos sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning, para diferenciar o esporte antigo e tradicional do que conhecemos hoje, no livro *A busca da excitação*, publicado em 1986. Dessa análise sobre a nova concepção do esporte, Elias e Dunning fizeram afirmações sobre o que se deve entender a respeito do esporte moderno e chegaram à ideia de que sua ruptura se baseia principalmente na autonomização em relação aos outros campos sociais, como o religioso ou político. Ou seja, o homem, que era dominante no campo do esporte e se manteve no papel de herói – com a exposição de suas qualidades físicas – ao longo de toda a história olímpica, agora precisava dividir o seu espaço com a mulher.

Dessa forma, termina a exclusiva relação ritualística entre o ato esportivo e os confrontos de guerra – como aconteceu nos tempos da Segunda Guerra – o que deixa de lado a ideia única de “festividade” que prevalecia na Grécia Antiga, com o objetivo de identificar o esporte

3 Dados obtidos no site oficial do Comitê Olímpico Brasileiro (COB): www.cob.org.br.

também como disputa profissional e um passatempo. Portanto, “sua prática passa a ter um tempo regado, com temporalidade específica – calendário próprio. Sensível ao mundo social, como às exigências da mídia e ao ritmo de trabalho e de lazer” (MARTINS; ALTTMANN, 2007, p. 2). Inserida neste contexto, a mulher começou a integrar a prática esportiva ao seu cotidiano e às suas prioridades – inclusive ao adotar o esporte de competição como modo de vida, conforme aponta Simões (2003, p. 3), “o esporte de competição não só permite o acesso às mulheres, mas também se define como um modelo de realidade social em que elas são reconhecidas na difusão de suas imagens entre os desportistas”.

Em 1992, nos Jogos de Barcelona, estiveram presentes por volta de 2700 atletas mulheres competindo em dezenove modalidades. Na época, o investimento no esporte feminino foi enorme, mas a utilização dos corpos de mulheres para experiências atléticas e a sua promoção política tiveram um efeito desastroso. O período também foi de transição: a Alemanha (antes uma superpotência esportiva) dava espaço à China, com a atuação das chinesas conhecidas como “mulheres-máquinas”. Importante destacar o modelo chinês de preparação olímpica: ele é radical e consiste em selecionar crianças para treiná-las desde cedo em escolas amadoras financiadas pelos cofres públicos. Quando atingem um nível considerável de desempenho, elas passam a favorecer ainda mais o treinamento físico e o esforço repetitivo em busca da sua formação como atletas de ponta.

No mesmo contexto de ascensão no campo do esporte, os anos que seguiram foram marcados por ações mais burocráticas no que diz respeito à inclusão feminina. Em 1994, com a comemoração ao centenário dos Jogos Olímpicos Modernos, surgiram recomendações sobre novos modelos de participação esportiva, que incluía a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Em 1996, foi redigida a Carta Olímpica, com a função de aplicar o princípio da igualdade entre homens e mulheres através do fomento à promoção de mulheres no esporte em todos os níveis e estruturas; então, surge no COI o movimento *Women and Sport*, a fim de encorajar essa pauta, com o auxílio da Comissão das Mulheres no Esporte para assegurar que esse compromisso seja cumprido.

7. Considerações finais

A última década começou com o discurso do Comitê Olímpico Internacional (COI) de promover o avanço do esporte para mulheres e se envolver em projetos que tornem este um espaço mais democrático. No início deste artigo, vimos que o campo esportivo se configura a partir da teoria de Pierre Bourdieu (1983), que considera suas estruturas pautadas no comportamento, nas configurações históricas e nas dominações particulares encontradas neste ambiente. Neste contexto, traçado o histórico de evolução da participação feminina em Olimpíadas, as edições de Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016 foram determinantes para fortalecer o papel das mulheres dentro do esporte de competição e o empoderamento da mulher atleta.

Na edição londrina, pela primeira vez, elas puderam competir em todas as modalidades

– com a inclusão do boxe – e não houve nenhuma nação que não tivesse uma delegação de mulheres. Em 2016, foi a imprensa alternativa brasileira que legitimou a luta histórica das mulheres pelo direito de competir e serem igualmente reconhecidas por sua técnica, ao se posicionar com uma cobertura que, no sentido contrário ao dos grandes portais esportivos, combateu estereótipos reproduzidos através dos tempos.

Observado este cenário, podemos considerar a afirmação feita por Setton (2002) de que o indivíduo contemporâneo – neste caso, a mulher inserida no campo esportivo – é expressão e produto de um novo *habitus* social – como vimos anteriormente, mais ativo. O *habitus* aparece não como uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, “[...] um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção” (SETTON, 2002, p. 67).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COLLI, Eduardo. **Universo olímpico: uma enciclopédia das Olimpíadas**. São Paulo: Códex, 2004.
- DeFrantz, Anita Luceet. The Changing Role of Women in the Olympic Games. In **Olympic Review**, Laussane, Vol.26 No.15, 1997. Disponível em: <http://library.la84.org/OlympicInformationCenter/OlympicReview/1997/oreXXVII15/oreXXVII15u.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2017.
- DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. In: SIMÕES, Antonio Carlos; KNIJNIK, Jorge Dorfman. **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004.
- GOMES, Euza Maria de Paiva. **A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **The Promotion of Women in the Olympic Movement**. Lausanne: Department of International Cooperation –IOC, 2009. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/AssetsDocs/importednews/documents/en_report_846.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Women in the Olympic Movement: key figu-**

res. Lausanne: Department of International Cooperation – IOC, 2012. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Women_and_sport/Women-in-the-Olympic-Movement-London-2012.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

LASCH, Christopher. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1924/1/Goiacira%20Nascimento%20Segurado%20Macedo.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

MARTINS, Carlos José; ALTMANN, Helena. Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador, 10., 2007, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: Universidade pública de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Carlos_J_Martins.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

MIRAGAYA, Ana. A mulher olímpica: tradição versus inovação pela busca da inclusão. In: TURINI, Marcio; DACOSTA, Lamartine. **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. Disponível em: <http://www.sportsinbrazil.com.br/artigos_paper/s/a_mulher_olimpica_1.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

MIRAGAYA, A. & DACOSTA, L. Olympic entrepreneurs; Alice Milliat: the first woman Olympic entrepreneur. In: MORAGAS, M; DACOSTA, D.; MIRAGAYA, A.; TAVARES, O; KENNETT, C. & CERZUELA, B. **Seminars Spain-Brazil University and Olympic Studies**. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2006. Disponível em: <http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/olympi_%20entrepreneurs.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

MOURÃO, Ludmila. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas. In: SIMÕES, Antonio Carlos (Org.). **Mulher e esporte**: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003.

RUBIO, Katia; SIMOES, Antonio Carlos. De espectadores a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, 1999.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **RBE**, Rio de Janeiro, n. 20, 2002.

SIMÕES, Antonio Carlos (Org.). **Mulher e esporte**: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003.